

IDENTIDADE SEXUAL E IDENTIDADE MILITANTE: MODELOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NAS ORIGENS DO ATIVISMO GLTTB ARGENTINO

*Horacio Federico Sívori**

Resumo: Atores acadêmicos e ativistas têm debatido recentemente sobre como relatar os diferentes momentos da emergência de uma ‘política sexual’ na história contemporânea Argentina, com foco singular na variedade de filiações ideológicas entre os primeiros militantes homossexuais. Com base em duas biografias de militantes, considerados emblemáticas do período da fundação do hoje chamado movimento GLTTB (gay, lésbico, travesti, transexual e bissexual) argentino, o objetivo deste artigo é dar conta dos recursos sociais, de liderança, intelectuais, militantes e profissionais investidos pelos artífices da conformação inicial desse movimento. Os modos de representar as identidades homossexuais acionados por esses fundadores ajudam a compreender como estas foram constituídas como foco demandas de garantias estatais, para dar sustento a atores que hoje mobilizam um repertório de formas de legitimação fundamentado na defesa de direitos.

Palavras chave: Homossexualidade. Ativismo. Sexualidade. Movimentos sociais.

Abstract: Both academic and activist actors have debated recently about different stages in the emergence of ‘sexual politics’ in contemporary Argentina, focusing particularly on the range of ideological affiliations among early homosexual militants. Based on the biographies of two militants regarded as emblems of GLTTB (gay, lesbian, transvestite, transsexual and bisexual) leadership, this article describes the types of resources – social, intellectual, militant, and professional – invested by those involved in the foundation of that movement. The ways homosexual identities were represented helps to understand how a homosexual subject was constituted as focus of demands of State guarantees, which eventually came to provide support to actors whose legitimating repertoire is fundamentally based on the defense of rights.

Keywords: Homosexuality. Activism. Sexuality. Social movements.

* Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. hfsivori@ims.uerj.br

Neste artigo são apresentados dois momentos diferentes da emergência do movimento das chamadas minorias sexuais na Argentina. Influídos pela mobilização partidária de fins da década de 1960 e inícios dos anos 1970 e pelo “retorno da democracia” em 1983, seus impulsores compartilharam a linguagem do campo intelectual local e daqueles movimentos sociais mais abarcadores: o “revolucionário” da primeira época e o dos “direitos humanos” da segunda. Debates recentes em foros que congregam tanto acadêmicos quanto ativistas interessados na revisão desse período têm abordado a linguagem política dos primeiros militantes homossexuais argentinos revisando, à luz de disputas contemporâneas, as dicotomias que então dividiam o movimento: “revolucionários vs. reformistas burgueses”, “integracionistas e assimilacionistas vs. críticos radicais do sistema”. Tentando entrar nesse debate a través de um viés diferente, este artigo tenta dar conta da evolução dos modos concretos de representar as identidades homossexuais acionados por quem hoje são considerados fundadores do hoje chamado movimento GLTTB (gay, lésbico, travesti, transexual e bissexual) argentino. Para isto, propomos analisar os recursos sociais, pessoais, de liderança, intelectuais, e profissionais utilizados nessas duas fases do movimento, para dar sustento a atores militantes como porta-vozes de um coletivo heterogêneo e de fronteiras difusas que eles contribuíram para constituir como comunidade representada. Desse modo pretendemos iluminar um aspecto chave da constituição das identidades homossexuais como foco demandas de garantias estatais e como sustento para a legitimação de atores com fundamento na defesa de direitos: aquele que diz acerca da relação entre representação política, militância e formação de identidades coletivas.¹

Uma série recente de trabalhos sobre a emergência do *Lesbian and Gay Movement* em diversos contextos nacionais tem se preocupado por explicar as condições dessa mobilização (ADAM et al., 1999).² Entretanto, o isolamento dessas condições corre o risco de produzir dois efeitos de naturalização: de uma parte, separar a formação de identidades sexuais, considerando-as como atributos imutáveis do sujeito engajado, formadas com anterioridade ao processo de engajamento. Da outra parte, situa a origem do movimento por fora da esfera estatal, numa esfera comunitária anterior e autônoma, que demanda e reclama do Estado – sendo construída, portanto, como exterior a este. Neste trabalho parte-se da convicção de que as declarações de identidade que operam nos movimentos não são mera-

¹ Este artigo é baseado em um capítulo da minha tese de doutorado, *Ativistas e Peritos no Movimento GLTTB-Aids Argentino: Ciência e Política da Identidade Sexual*, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional – UFRJ, em março de 2007.

² O caso da Argentina é analisado por Pecheny (2001). Para o caso do movimento brasileiro, a análise desenvolvida por Facchini (2005) abona uma perspectiva compreensiva acerca do fenômeno, atenta ao engajamento ativo dos ativistas homossexuais em processos de formação de identidades coletivas.

mente *condição*, mas *efeito* da mobilização. O objetivo é observar, em trajetórias ativistas, a mútua dependência dos elementos incluídos nos pares comunidades/sociedade, Estado/movimento e identidade/engajamento.

Referenciando tanto uma “comunidade” quanto um “movimento”, a sigla GLTTB designa a confluência de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais num horizonte comum de representação. A pessoa coletiva é imaginada ora como projeto, um ideal a ser alcançado, ora como realidade atual – percebida como problemática – nas tentativas de coalizão política ou do *convívio cotidiano*.³ Nos atuais espaços de encontro, discussão e intervenção em que ganha corpo uma política que denominarei GLTTB, seguindo a convenção estabelecida por aqueles que promovem a constituição desse campo como próprio, destaca-se nitidamente uma agência singular: a de ativistas que a essa qualificação somam as de intelectuais, experts, técnicos e daqueles que, com seu ativismo e trabalho em organizações comunitárias têm acumulado um *know-how* que os aproxima desse status. Os indivíduos inclusive agregam frequentemente em sua pessoa várias dessas qualificações. Oriundos de uma formação universitária ou para-universitária, envolvidos tanto na política de suas respectivas profissões quanto na da sociedade nacional, em alguns casos eles têm somado a suas carreiras pessoais a missão de se pronunciar acerca de uma temática considerada ao mesmo tempo maldita e de candente atualidade: a homossexualidade. Em outros casos, seu conhecimento, suas habilidades técnicas e seu *status* profissional vêm reforçar um papel de importância capital em suas vidas: o de ativista.

Existem grupos militantes homossexuais na Argentina desde finais da década de 1960, organizados em torno de consignas em sintonia com a linguagem e os debates da intensa mobilização política de escala nacional que caracterizou cada período. Essa linguagem foi a “revolucionária” entre 1968 (ano da fundação de *Nuestro Mundo*, considerada a primeira organização homossexual fundada na América Latina) e os anos da escalada de violência política desencadeada durante o período de governo peronista de

³ A adoção da sigla, escolhida como alternativa de “homossexual” (termo vigente até meados da década de 1990), assim como o debate em torno da sua composição e usos, é expressiva do escopo das questões sociais e políticas envolvidas na evolução presente do movimento. As disputas surgidas em torno da legitimidade de diferentes formas de nomear, os agentes envolvidos nelas e os sentidos específicos dados a cada uma dessas denominações, compondo variadas formações discursivas, que escapam ao alcance deste artigo, foram abordados em outros textos (Sívori, 2007). Em geral pode se dizer que a expansão da sigla reúne em si, por um lado, um princípio de inclusão, neste caso de identidades que antes não faziam parte do horizonte social imaginado pelo movimento enquanto unidade política. Por outro lado, implica um processo de segmentação, desde uma antes indiferenciada “homossexualidade” (dominada pela figura preponderante do homem homossexual) para uma série organizada já não apenas em função de orientações sexuais (gays, lésbicas e bissexuais), mas também enviesada por diferentes identidades e expressões de gênero (travestis, transexuais, intersexuais). Esta conformação veio atranmutar a anterior representação de uma unidade de características homogêneas, para configurar uma caracterizada pela pluralidade de expressões, em disputa pela hegemonia da representação do coletivo.

1973-76 e exacerbada durante “*el Proceso*” (“*Proceso de Reorganización Nacional*”, como foi autodenominada a última ditadura militar), de 1976-83.⁴ Já nos anos de 1980, marcados pelo retorno da ordem constitucional em 1983, a linguagem da mobilização passou a ser a dos “direitos humanos”, que canalizaria a mobilização política e as expectativas de participação na vida democrática do país por fora da estrutura dos partidos tradicionais, dando voz a um conjunto heterogêneo de demandas de inclusão, entre elas a dos homossexuais.⁵ Os dois períodos mencionados tiveram as suas agrupações emblemáticas. Nos anos 1970 foi a *Frente de Liberación Homosexual* (FLH). Organizada semiclandestinamente, a modo de “células”, ela não promovia a libertação apenas dos homossexuais, mas “do homossexual em cada pessoa”. Na década de 1980 tratou-se da CHA, *Comunidad Homosexual Argentina*, que ainda se mantém ativa. Ela foi a primeira organização homossexual a obter a “*personalidade jurídica*” como “entidade de bem público” e passou por várias fases organizativas, sendo centro de vários dos debates públicos suscitados em torno dos direitos homossexuais, entre eles a bem-sucedida campanha pela lei de “união civil” da Cidade de Buenos Aires, em 2002.

O ATIVISMO “REVOLUCIONÁRIO” DA FLH: O TEMPO DA LIBERTAÇÃO

O olhar retrospectivo de Néstor Perlongher, militante trotskista, fundador da Frente de Libertação Homossexual (FLH), escrevendo desde o exílio no Brasil na década de 1980, localizava da experiência militante de início da década de 1970 no clima da época, e aborda elementos que logo seriam recorrentemente tematizados nas sucessivas iniciativas de organização do movimento.

En el año 1969, un grupo de homosexuales, reunidos en un conventillo de un suburbio porteño, dan nacimiento al primer intento de organización homosexual en la Argentina: el Grupo Nuestro Mundo. Sus integrantes, en su mayoría activistas de gremios de clase media baja, liderados por un ex militante comunista degradado del partido por homosexual, se dedican durante dos años a bombardear las redacciones de los medios porteños con boletines mimeografiados que pregonaban la liberación homosexual.

En agosto de 1971, la ligazón de Nuestro Mundo a un grupo de intelectuales gays inspirados en el Gay Power americano da nacimiento oficial al Frente de Liberación Homosexual de la Argentina.

1969 y 1971 no sólo son importantes como jalones de la liberación gay; también

⁴ A qualificação de “revolucionária” neste contexto responde à descrição da época por parte dos historiadores, no sentido de ‘*printemps des peuples*’.

⁵ A tipologia estabelecida a partir das duas linguagens políticas referidas responde a um esquema de tipos ideais, sendo que, na prática, a polaridade “libertação/direitos” ou “revolução/reforma” opera outorgando sentido e orientando a avaliação de ações que se configuram de modo complexo entre esses pólos.

marcan momentos decisivos de la vida política nacional. 1969 es el año del Cordobazo, una insurrección popular con epicentro en la Ciudad de Córdoba que terminó volteando al régimen autoritario del general Onganía. En 1971 sobreviene una intensa radicalización: aparecen gremios izquierdistas, movimientos estudiantiles antiautoritarios; y se inicia la administración liberal del militar Lanusse, que habría de entregar el poder al peronismo en las elecciones de 1973. (PERLONGHER, 1985-1997, p. 77)

A FLH funcionou semiclandestinamente, sobretudo em Buenos Aires, sob a forma de grupos autônomos ou “células” que coordenavam ações em conjunto. No ápice da sua atividade, entre agosto de 1972 e setembro de 1973, havia uns dez desses grupos, com dez militantes em média cada um, e uma rede mais extensa de simpatizantes. Os grupos incluíam estudantes universitários de esquerda, anarquistas, sindicalistas, “profissionais”, lésbicas, cristãos, católicos, etc. A entrada em 1972 do Grupo Eros, de universitários de esquerda radicais e anarquistas gerou a primeira polêmica interna. Os primeiros integrantes da FLH almejavam que a esquerda incorporasse as reivindicações homossexuais nos seus programas, enquanto os intelectuais radicais privilegiavam o papel da sexualidade e manifestavam ceticismo a respeito das revoluções socialistas. Todos confluíam em um programa que partia de “reivindicações democráticas específicas”: o fim da repressão policial contra os homossexuais, a derrogação dos “*edictos*” anti-homossexuais, a liberdade dos homossexuais presos.⁶ A FLH chamava à aliança com os “movimentos de libertação nacional e social” e com os grupos feministas, pois considerava o modo de opressão sexual “heterossexual, compulsivo e exclusivo” como “próprio do capitalismo e de todo outro sistema autoritário” (PERLONGHER, 1985-1997). O proselitismo era realizado por médio de práticas inspiradas no feminismo e nos partidos de esquerda.

Para su crecimiento, algunos grupos apelaron a la realización de “reuniones de información”, por donde desfiló buena parte del ambiente gay porteño. Se reunían grupos de homosexuales en casas particulares y se explicaban los lineamientos generales. De allí fueron saliendo los militantes. (p. 78)

O relato de Perlongher comunica um anseio de participação no processo de radicalização política que o país estava atravessando, desde a perspectiva singular da sexualidade. A militância sindical e universitária de es-

⁶ Até as reformas constitucionais iniciadas na década de 1990, os departamentos de polícia das províncias e da Capital Federal estavam facultados para legislar sobre faltas de grau inferior ao do delito, denominadas “contra-venções”, que regulam a conduta dos indivíduos na via pública. Estes “edictos policiales” e “códigos de faltas” proliferaram nas leis orgânicas de províncias e distritos federais ao longo do século XX. Foram tipificados como faltas, entre outros, o “escândalo”, o baile entre pessoas do mesmo sexo e a “reunião de pessoas homossexuais”. Um instrumento relacionado é a figura de “averiguação de antecedentes penais”, que permite à autoridade policial deter uma pessoa sobre esse pretexto por até 24 horas, foi largamente utilizado para assediá-las homossexuais, prostitutas e jovens em geral.

querda fornecia a metodologia de organização, debate e agitação. Entre os elementos salientes da experiência da Frente podemos enumerar, em primeiro lugar, um modelo de funcionamento, uma rotina de tarefas e ações coletivas, e o exercício do debate, a procura de acordos e a dissidência. Destacou-se a polémica em torno do valor ético-político do desvio de gênero, tema de debate clássico nas comunidades e movimentos homossexuais. O pretexto foi uma matéria sobre “*la marica y el travesti*” (“a bicha louca e o travesti”) publicado na revista *Somos*, órgão impresso da Frente. Os bandos estavam divididos entre, por um lado, os que valorizavam o escândalo do travestismo e da “*mariconería*” como crítica do machismo e, por outro lado, quem via nessas expressões uma forma de reproduzir subordinação ao domínio masculino.

Em segundo lugar, a criação de órgãos de difusão próprios, destinados a refletir sobre a condição homossexual e o projeto político do movimento, e disseminar essa voz para a comunidade, o caso da discussão mencionada sobre o gênero do homossexual. Em terceiro lugar, a constituição de subgrupos com diversos perfis, interesses, especialidades e agendas próprias (produção teórica, agitação, apoio “*vivencial*”, “*conscientização*”). Em quarto lugar, a busca de reconhecimento e aliança com partidos políticos e associações profissionais para demandas de reformas políticas e jurídicas relativas principalmente ao cese da violência contra homossexuais.

Entre 1973 e 74, enquanto a linguagem da política nacional rapidamente se transmutava em linguagem de guerra, a demanda de acabar com a violência contra os homossexuais cedeu para as estratégias defensivas da clandestinidade e o recurso ao auxílio das organizações estrangeiras com as que se haviam iniciado contatos. Optando pela sobrevivência, os integrantes da FLH decidiram dissolvê-la logo após o Golpe de Estado de 1976.

A FUNDAÇÃO DA *COMUNIDAD HOMOSEXUAL ARGENTINA*: O TEMPO DA ORGANIZAÇÃO

O movimento homossexual renasce com a “abertura” democrática de 1983. Beneficiados pelo fim do estado de sítio, floresceram os bares e boates, no entanto os homossexuais em seguida comprovaram que garantias constitucionais não os atingiam do modo que eles esperavam. Em uma matéria de revista, sorte de testamento militante escrito há pouco antes de morrer em meados da década de 1990, Carlos Jáuregui, o primeiro presidente da Comunidade Homossexual Argentina (CHA), narra o momento da fundação da organização, hoje a GLTTB mais antiga ainda existente no país.

El '83 fue el año del regreso a la democracia. Nuevamente comenzó a formarse lo que había sido el FLH, que esta vez se llamó Coordinadora de Grupos Gays. Yo no participé de este movimiento, pero estaba al tanto de todo lo que pasaba. Cuando asumí Alfonsín, se generó la idea de la democracia como panacea, la

democracia que iba a curar todos los males. Entonces fue mucha la gente que dejo de militar durante esos meses de verano democrático del '83 al '84.

Pero en marzo del '84 hubo un baldazo de agua fría para la comunidad gay. En esa época se habían reabierto muchos bares y discos “diferentes” en la Capital. En uno de esos lugares masivos, cayó la policía: se llevaron detenidos a los dueños, clausuraron el local y éstos fueron amenazados hasta que tuvieron que dejar el país. Esto provocó una reacción entre toda la gente que ya había abandonado la militancia. Se clamó a una asamblea abierta, en Contramano, la disco pionera. Esa fue la asamblea fundacional de la CHA, Comunidad Homosexual Argentina, la primera organización homosexual que se creó en el país.

En esa primera asamblea poco se decidió: todo fue un caos. Se redactó un texto de presentación de la organización y se abrió un listado de personas que podían actuar públicamente para la entidad. Nos anotamos 14 personas que constituimos el alma de la CHA. (Comunidad Homosexual Argentina, 2007)

Se, de acordo com os relatos da época, nos anos 1970 a FLH pretendia contribuir à “revolução nacional e social”, explorando o horizonte da “libertação sexual”, já nos anos 80 a CHA focou seu acionar no campo mais restrito do direito à livre escolha sexual, assimilando a linguagem dos direitos humanos. Em maio de 1984, apenas uma semana após ser aprovado o estatuto da associação civil, utilizando uma estratégia desenvolvida pelas organizações de direitos humanos, a CHA publicou uma “*solicitada*” (matéria paga) no jornal Clarín (o de a maior tiragem no país) intitulada “Com Discriminação e Repressão Não Há Democracia”. De modo similar ao modelo da FLH, na órbita da CHA funcionaram até dez grupos independentes. Porém, o imperativo da visibilidade pública, não colocada como problema desde a semiclandestinidade da FLH (que respondia ao contexto da violência política), adquiriu contornos precisos no processo de institucionalização da CHA em 1984. A passagem seguinte é de outro texto de Jáuregui (1987, p.202).

La información corrió de boca en boca y, a principios de abril, se realizó una primera Asamblea, de la que participaron unas cien personas y en la que se fijó el nombre de la Organización. Unas semanas después, el 17 [de abril de 1984] se aprobó el acta fundacional de la Comunidad Homosexual Argentina, abriéndose en ese momento un listado de aquellas personas que estaban dispuestas a trabajar en forma pública, por la Organización del Movimiento.

Catorce nombres y apellidos quedaron escritos en esa hoja de papel. Catorce personas dispuestas a liberarse del miedo. Catorce hombres decididos a darse a conocer. ¡A no mentir nunca más!

Los integrantes de este primer grupo de trabajo entendimos que el mejor camino a seguir por la Comunidad era la legalización del movimiento gay, para lo cual nos abocamos a la redacción de lo que serían los estatutos de la Asociación Civil, que fueron aprobados en una asamblea del 21 de mayo.

A mudança retórica obedece a uma mudança de escala em vários níveis. A participação política no processo de abertura pós-ditadura implicava um grau de reconhecimento público antes impensado pelos iniciadores da CHA. Se em algo se aproximava da experiência da FLH, também era evidente a brecha entre uma

geração e a outra. Após o corte introduzido pela perseguição policial, prisões, desaparecimentos, exílios, censura e proibição de toda atividade política, por um lado, e a repressão da sociabilidade homossexual por outro, de um estado militarizado desde a década de 1970, agora em 1983, junto com a herança polêmica dos debates internos e do fracasso da FLH para mobilizar o público homossexual, confluíram outra formação: a da participação ou testemunho dos movimentos políticos e da vida gay 'liberada' que já florescia na Europa e nos Estados Unidos. Isto se deu através de visitas e contatos com amigos expatriados, da leitura de revistas, e de 'viagens de formação', como aquela da qual retornara Carlos Jáuregui.

Terminé la escuela en el '75 e inmediatamente me puse a estudiar la carrera de Historia en la Universidad de La Plata. Me recibí en el año '78, decidido a especializarme en Historia Medieval. Para seguir mis estudios conseguí una beca y me fui a estudiar a Francia. Ese fue un momento muy importante en mi vida porque en ese país pude ver, por primera vez, el movimiento gay en pleno funcionamiento. En el '81, fui a mi primera marcha gay. Había sido organizada por el movimiento para cerrar una campaña que proponía no votar a los candidatos que acostumbraban a discriminar. A esa marcha asistieron unas diez mil personas y yo presencié todo eso absolutamente maravillado: Especialmente por ese contraste con lo que yo estaba acostumbrado a vivir en plena dictadura argentina. El recuerdo de esos días resulta imborrable para mí; ese fue el motor que decidió mi posterior militancia en el movimiento gay porque, a partir de ese momento, yo empecé a pensar que en la Argentina había qué hacer. (Comunidad Homosexual Argentina, 2007)

Além do 'aprendizado das liberdades', são novas as disposições requeridas para a militância. A frase de ressonância moral de Jáuregui, "não mentir nunca mais", encarnada na perspectiva de quem "pode" ou "está disposto a" atuar publicamente, anuncia um programa. Os imperativos do FLH a de abjurar do "tapadismo" [atitude "enrustida"] e do dissimulo e "analisar os mecanismos de marginalização e ghetificação" transmutaram-se naquele de criar uma imagem pública não só altamente visível, mas poderosa e "respeitável". Esse "coming out" ["sair do armário"], esse dar-se a conhecer, dizer publicamente a verdade de si, trocando a vergonha pela honra, é construído num ato de ousadia exemplar, que legitima o engajamento com a causa apresentando-a como uma *luta*. Essa conduta exemplar, por sua vez, distingue o ativista gay como uma figura heróica e um líder natural. Concomitantemente, esses valores operam uma divisão hierárquica no interior do movimento e da comunidade representada. Das aproximadamente 100 pessoas reunidas na assembléia que deu origem à CHA, apenas quatorze estavam dispostas a notar seu nome e sobrenome na folha de papel. Simbolicamente, mas também nos procedimentos legais e nas atividades públicas através das quais a CHA se converteria em "referente" oficioso da política homossexual, o ato de representação do coletivo vem junto com essa declaração.

Durante a década de 80, a organização cresceu numericamente até mais de 100 membros, passou fazer parte estável do elenco das organiza-

ções de direitos humanos, sendo convidada a integrar a mesa coordenada destas, e compareceu em passeatas e grandes mobilizações públicas em defesa da democracia. Paralelamente cresceu sua exposição em meios gráficos e audiovisuais, acompanhando uma intermitente tematização do homossexual na literatura, cinema e teatro, nem toda sempre positiva. Entretanto, outra inovação fundamental do ativismo dos anos 1980, liderado indiscutidamente a partir daquele momento pelos fundadores da CHA, foi a introdução e o investimento sistemático, por um lado, na existência legal, formalizada em registros oficiais – a existência “no papel” – e, por outro lado, um “alto perfil” na esfera pública nacional, em forma de “campanhas” estratégicas. O objetivo de “legalizar” o movimento implicava determinadas rotinas de organização: estatutos, inscrição em registros públicos, eleição de autoridades, procura e manutenção de um local fixo de reunião e trabalho.

Empezamos a trabajar; redactamos estatutos y designamos una comisión directiva para la cual me propusieron como presidente. Entonces comienzo [sic] la etapa más institucional de la CHA. Tuvimos que aprenderlo todo, como si fuéramos chicos del jardín de infantes; yo no sabía ni como se pedía una entrevista en la Cámara de Diputados, no sabía cómo se redactaba un texto para una solicitada. No teníamos experiencia, producto de la ruptura que se había gestado con el gobierno militar. (Comunidad Homosexual Argentina, 2007)

A formação política e administrativa é caracterizada, no relato desta liderança que se apresenta como pioneira, como um efeito espontâneo, gerado pelas circunstâncias e o anseio do seu sujeito; o modo de existência que eles promoviam requeria e gerava – simultaneamente – disposições que deviam ser aprendidas e um conhecimento acumulado nesse processo. A construção do trabalho ativista como espaço de treinamento técnico orientado para, e nascido do, engajamento continua a ser uma constante da formação dos quadros ativistas até o período contemporâneo observado na minha pesquisa de campo com organizações GLBT de diversos perfis – tanto entre os quadros mais técnicos, especializados e profissionalizados ou orientados à política, quanto entre os menos qualificados – aquele dos “voluntários”.

Outrossim, a atuação pública gerava uma responsabilidade, cuja assunção enaltecia o engajamento do ativista.

Estábamos aprendiendo a crecer, a tomar decisiones que involucraban a un número muy grande de personas y –por ello– debían ser pensadas con mucho detenimiento. A veces las discusiones no tenían fin y las reuniones en “la jabonería de Vieytes” (el sótano [de un bar] donde pasamos ¡tanto frío!) se hacían interminables. (JÁUREGUI, 1987, p. 203-204)⁷

⁷ A designação jocosa se refere ao local onde, segundo as crônicas do movimento independentista na primeira década do século XIX, em versão popularizada através de textos escolares e de divulgação, se reuniam os conspícuos daquele movimento revolucionário.

O ativista atua em *representação* de dois níveis de comunidade, o do grupo das pessoas ligadas à associação, considerado apenas um fragmento da população homossexual que se pretende atingir, e o do total imaginado dessa comunidade. A “*solicitada*”, publicada no jornal *Clarín* em 28 de maio de 1984, declarava: “Los integrantes de la Comunidad Homosexual Argentina, compuesta por más de 1.500.000 de ciudadanos y ciudadanas, manifestamos a la opinión pública”⁸. Completa-se assim, performativamente, a tríplice dimensão produtiva do dispositivo da representação (BOLTANSKI, 1987, p.34-35): a produção icônica da distinção do grupo em relação com a sociedade que o engloba, a criação de uma imagem estilizada como modelo de identificação do grupo, e a autorização para falar em nome do grupo na arena política.

O RECONHECIMENTO PÚBLICO

A busca de validação na solidariedade e reconhecimento de outros atores sociais já era um elemento recorrente também nas caracterizações da trajetória do FLH (1972-76), embora do ponto de vista dos resultados a estratégia tenha sido, em 1973 – utilizando palavras de Perlongher – “a todas luzes um fracasso” (1985-97, p. 83). O testemunho de Carlos Moreira, depois exilado a Espanha, da participação da FLH numa mobilização (em defesa do Presidente Salvador Allende contra o Golpe de Estado no Chile), coletado por Rapisardi e Modarelli, confirma o balanço de Perlongher.

Recuerdo que fui con Elsa, una amiga mía, después exiliada. Se veía en medio de la manifestación como una isla de diez personas, medio atemorizados alrededor del cartel del FLH. El grupo estaba precedido por un espacio vacío, sucedido por otro. Era “el vacío de poder. Con Elsa nos sorprendió mucho esa soledad culposa de las locas, y por otra parte su coraje absoluto para enfrentarse al rechazo. Nos metimos en la marcha, donde quizás estaría Perlongher. (RAPISARDI; MODARELLI, 2001, p.164)

O antecedente serve para situar uma perspectiva desde onde observar permanências e mudanças. Dois episódios relatados no capítulo dedicado à CHA no livro *La Homosexualidad en la Argentina*, de Carlos Jáuregui, publicado em 1987, são exemplares da dimensão vivida do trabalho coletivo de construção da figura do militante homossexual, como precursor da empreitada de *fazer existir* um sujeito homossexual na esfera pública e institucional do Estado nacional.

Em 1984 o cenário e os interlocutores eram outros e também já era outro o movimento. O relato de Jáuregui do primeiro episódio data de 20 de

⁸ Presume-se que o número corresponde a um cálculo da população homossexual do país naquele ano, baseado na Escala Kinsey.

setembro de 1984, da *marcha* convocada por organizações de direitos humanos para apoiar a entrega do relatório da CONADEP, Comissão Nacional de Desaparição de Pessoas, ao Presidente Alfonsín, feito fundamental do movimento pela memória e justiça a respeito das violações de direitos humanos durante a ditadura militar. Para a CHA tratava-se da sua primeira aparição em público. O lugar de concentração era a *Plaza de Mayo*, sede das mobilizações mais importantes na história Argentina. As diferentes columnas normalmente se congregam nas ruas que confluem na praça, para ingressar como blocos internamente homogêneos, diferenciados uns dos outros. Relata Jáuregui (1987, p. 205):

Nosotros, cien aterrorizados homosexuales y lesbianas, nos concentramos en Perú e Hipólito Yrigoyen, allí desplegamos nuestras pancartas, una con el nombre de la Asociación, otra con la consigna da la jornada: “Juicio y Castigo a los culpables”.

Avanzamos hacia la Plaza por Hipólito Irigoyen. Sabíamos que delante nuestro había una multitud, calculada en cincuenta mil personas. Al llegar a la altura del Cabildo [já frente à praça] nos tomamos las manos; la gente comenzó a abrirse para dar paso a nuestra pequeña columna. Primero miraban asombrados, después... los aplausos que, sabíamos, no significaban nada y significaban todo.

Un periodista de “La Razón”, Rodolfo Brasceli, publicó al día siguiente un extenso y emotivo comentario sobre la concentración. A nosotros nos vio así: “Inmediatamente una columna pequeña: ‘Agrupación de Homosexuales de la Argentina’ (sic). Hay algún silbido, alguna broma, varios ‘qué me contás’ y por sobre todo eso, un aplauso que empieza a crecer”.

O reconhecimento das palmas de 1984 contrasta com o “vazio de poder” de 1973. Ambos são índices tangíveis do grau de estabelecimento do movimento homossexual na esfera pública nacional. O segundo episódio, a seguir, é expressivo da nova ordem formal na qual se instala o movimento. Ele trata de como os militantes da CHA reagem a uma detenção arbitrária.

En 1985, tuvimos nuestro pequeño Stonewall. Al rebelarme ante un injustificado procedimiento policial fui detenido por personal de la Brigada de Moralidad, bajo el mando del oficial principal Díaz (alias “Chupete”), conocido represor de dicha división.

La CHA se movilizó. En pocas horas, comunicados de prensa con la firma de Héctor Pérez (por entonces prosecretario de la Institución), hábeas corpus, los medios de comunicación llamando al Departamento de Policía. Casi, casi, una persona importante...

Procesado por “desorden”, apelamos la sentencia ante la Justicia y fui sobreseído. Ganó la CHA.

Nos anos 80, o novo ator já pôde reclamar, legitimamente, certo grau de imunidade perante abusos antes habituais. Porém, um aspecto importante a assinalar é que esse tratamento diferenciado não é um ganho já garantido; mas uma conquista requer uma série de recursos sociais, materiais e

simbólicos que devem ser mobilizados para garantir o sucesso da empreitada. A CHA dispunha de assessores letrados que providenciavam as estratégias jurídicas para as ações empreendidas pela organização. De uma outra parte, tal eventual imunidade seria sempre relativa e dependeria do balanço de forças e de flutuantes condições, num campo que abrangia os três poderes do estado e o controle territorial a cargo do Departamento da Polícia cada distrito. Finalmente, o relato, na primeira pessoa de Jáuregui, da emergência da CHA como ator relevante da cena pública, sublinha reiteradamente o reconhecimento recebido em termos “respeito”, que dependia da conquista de uma posição de “respeitabilidade”.

No plano do reconhecimento como ator da sociedade civil, já em 1987 a CHA foi convidada para participar de uma das denominadas “reuniões de organismos”, onde debatiam as organizações “históricas” de direitos humanos (CHA, 2006). Além das ações “reivindicativas” (manifestos, iniciativas de reforma legal, passeatas, campanhas de opinião), a CHA desenvolveu, nos seus primeiros anos, trabalhos de “integração comunitária” e estabeleceu, a partir de 1985, um serviço jurídico para atenção das vítimas de detenções arbitrárias (PECHENY, 2001, p.534).

Embora existissem vários outros grupos gays – em número sempre limitado e de conformação instável – com diversos objetivos, tanto em Buenos Aires, que concentra mais da metade da população de um país altamente urbanizado, quanto em cidades do “interior”, até a década de 90 a CHA permaneceu como a única “organização” do movimento homossexual na Argentina, tornando-se modelo e referência principal nesse campo. Porém, outro seria o panorama a partir do início da década de 1990. A muito noticiada completa legalização da CHA, conseguida em 1991, estimulou a formação de outras organizações; entretanto a própria CHA sofreu sucessivas crises em torno dos seus objetivos e estratégias e cisões ao longo da década, origem de um número de novos grupos e associações.

Na década de 1990 as demandas GLTTB foram re-configuradas por meio de uma linguagem e modo de organização mais autônomo a respeito de outros movimentos políticos, porém mais dependentes das estruturas do Estado no seu horizonte de ação. Já a partir de meados da década de 1980 e com bastante intensidade na segunda metade da de 1990, aconteceram vários processos concomitantes: primeiro, o campo dos movimentos sociais cuja base é diferente da classista dos sindicatos, dos partidos políticos ou, mais recentemente, dos movimentos de desocupados, ativando outra ‘geração’ de demandas, articuladas em torno de “direitos civis”,⁹ reciclou-se sob o modelo das chamadas ONG (organizações não governamentais).

⁹ Já além da idéia de “justiça social” (trabalho, saúde e educação), própria do keynesianismo, o que na Europa foi chamado de Estado de Bem-Estar, cujo protótipo argentino foi o primeiro governo peronista, e cujo fundamento se estendeu até a década de 1970, quando as reformas neoliberais iniciadas pela última ditadura militar alteraram o sentido da política pública.

Essa nova configuração, híbrido entre o ente paraestatal, a organização filantrópica, o clube, o grupo de pressão e a empresa de serviços, que veio a ser desenvolvida em certa medida a partir das reformas neoliberais, substituindo a provisão de serviços anteriormente fornecidos pelo Estado de Bem-Estar, implicou um peculiar tipo de relação do movimento social de base com o Estado e com a chamada cooperação internacional, onde a organização atua, por um lado, como mediadora de demandas e, por outro lado, como prestadora de serviços para a “comunidade” que ela vem a representar perante a sociedade. A ONG, com um perfil voluntário/profissionalizante, tornou-se o modelo emblemático da organização comunitária ativista e de serviços com relação à crise sanitária da AIDS. Igual que em outros países, os ativistas foram os pioneiros da chamada “resposta comunitária à epidemia” (ALTMAN, 1995), ora através de organizações GLTTB, ora por meio de outras organizações criadas para atender a esta nova demanda sob um marco mais amplo que o da identidade sexual. O auge do modelo da ONG induziu também a resistência de agentes que desenvolveram uma identidade renovadamente militante, denunciando o que eles chamaram de “negócio da aids” e o que eles consideram um oportunismo funcional à política neoliberal.

O outro processo, mais específico da política das chamadas “minorias sexuais”, foi a crescente segmentação e diversificação dos movimentos – tanto da sua composição social, quanto das suas demandas – segundo clivagens de vários tipos. A mais destacada, por ser a característica mais particular destas, é a da identidade sexual, diferença em torno da qual gays, lésbicas, transgênero, bissexuais e ultimamente também os chamados *intersex* (pessoas diagnosticadas de “ambigüidade sexual” somática no momento do nascimento) articulam demandas diferenciadas de modo bastante nítido e se organizam para promovê-las.

Em terceiro lugar, deu-se uma expansão inusitada de um setor de produção de bens e serviços orientados ao público homossexual, com fronteiras difusas e trânsitos fluidos entre “a comunidade”, “o mercado” e “o ativismo” GLTTB. Esta acompanhou um marcado aumento da presença de temáticas associadas às identidades sexuais nos mídia massivos e uma proliferação de veículos especializados. Esses processos concomitantes aportaram a uma maior visibilidade da causa das minorias sexuais na esfera pública, criando novos compromissos por parte de atores que em outra situação não precisariam de responder a essas demandas.

A inédita centralidade que as demandas do movimento GLTTB vêm adquirindo, notadamente no debate em torno da legalização das uniões entre pessoas do mesmo sexo, projeta os militantes desta causa para esferas cada vez mais centrais da órbita pública. Assim como a emergência deste novo ator introduz uma particular complexidade na configuração do campo da política nacional, a entrada nesse campo vai determinar uma reorganização

das hierarquias que ordenam as relações entre identidade sexual, identidade militante, compromissos partidários, expertise, profissão e redes sociais das comunidades GLTTB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, B. D.; DUYVENDAK, J.; KROUWEL, A. (Orgs.). *The Global Emergence of Gay and Lesbian Movements: National Imprints of a Worldwide Movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1999.
- ALTMAN, D. *Poder e Comunidade*. Respostas Organizacionais e Culturais à Aids. Rio de Janeiro: ABIA, IMS/UERJ, Relume-Dumará, 1995.
- BOLTANSKI, L. *The making of a class: cadres in French society*. New York: Cambridge University Press, 1987.
- COMUNIDAD HOMOSEXUAL ARGENTINA. Disponível em: <http://www.cha.org.ar>, Acesso em: 1 jun. 2007.
- FACCHINI, R.. *Sopa de letrinhas? Movimento homosexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond Universitaria, 2005.
- JÁUREGUI, C. *La homosexualidad en la Argentina*. Buenos Aires: Tarso, 1987.
- PECHENY, M. *La construction de l'avortement et du sida en tant que questions politiques: le cas de l'Argentine*. Villeneuve d'Ascq : Presses Universitaires du Septentrion, 2001.
- PERLONGHER, N. "Historia del Frente de Liberación Homosexual". In: *Prosa Plebeya: Ensayos 1980-1992*. Buenos Aires: Colihue, 1985-1997. p. 77-84.
- RAPISARDI, F.; MONDARELLI, A. *Fiestas, Baños y Exilios*. Los gays porteños en la última dictadura. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.
- SIVORI, H. *Ativistas e peritos no movimento GLTTB-Aids argentino: ciência e política da identidade sexual*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.